

# **trabalho** *necessário*

issn: 1808-799X

ano 6 - número 6 - 2008

**SUA CABEÇA AGORA É MINHA:** uma crítica ao argumento neoliberal sobre o ProUni.\*

**Vanda Maria Martins Souto**\*

## **RESUMO**

Neste artigo, proponho-me a tecer considerações sobre o debate central que caracteriza a política neoliberal na Educação Superior, trabalhando, de um lado, o Programa Universidade para Todos - ProUni na ótica dos seus beneficiários, e, do outro analisando de forma crítica o argumento neoliberal sobre o ProUni que é materializado pelo governo federal com a “compra” de vagas em Instituições de Ensino Superior - IES. Tomo como orientação empírica, uma pesquisa com jovens que são beneficiados pelo referido programa, desenvolvido no governo Lula da Silva, na cidade de Fortaleza/CE, em julho de 2007, a partir de uma sondagem de opinião. O ProUni é uma das formas de ampliar a “massa” apoiadora do neoliberalismo que vem se materializando com a “compra” de vagas em Instituições de Ensino Superior pelo Governo Federal. A rigor, o discurso oficial governista usa a justificativa de que as universidades públicas são muito onerosas e elitistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado, visto que as instituições privadas de ensino superior, na avaliação do citado documento do governo, são notoriamente mais eficientes que as públicas. À guisa de conclusão, o ProUni faz parte da grande contra-reforma universitária que está em curso e amplia a esfera privada em detrimento da escola pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado, neoliberalismo, educação superior, ProUni.

## **INTRODUÇÃO**

Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram suas

---

\* Este artigo é fruto do trabalho de aproveitamento da Disciplina: LEITURAS DIRIGIDAS EM ESTADO, CLASSES SOCIAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA I, no curso de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, ministrada por Prof. Dr. José Rodrigues.

\* Graduada pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Atualmente é aluna Especial do Programa em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. E-mail: vandammsouto@hotmail.com

leis, para nos escravizar as leis não são mais respeitadas considerando que não queremos mais ser escravos considerando que os senhores nos ameaçam com fuzis e canhões nós decidimos: de agora em diante temeremos mais a miséria que a morte.

(Bertolt Brecht)

O presente trabalho tem como proposta, analisar e entender, de forma crítica, a política neoliberal na Educação Superior, se materializa, dentre muitas formas, através da renúncia fiscal, com isenção de impostos em Instituições Privadas de Ensino Superior, que é promovida pelo governo federal em troca de vagas nas instituições privadas de ensino superior.

A investigação tem como um dos eixos de reflexão, as visões de alguns jovens que são incluídos no do Programa Universidade para Todos (PROUNI), desenvolvido pelo governo Lula da Silva, sobre o próprio programa. Neste sentido, realizamos uma sondagem de opinião com um grupo de beneficiários, num total de cinco jovens. O critério adotado para a escolha dos entrevistados nesta investigação foi o de que os estudantes fossem beneficiados com bolsa integral\*. A investigação tem como objetivo central, a discussão de “compra” de vagas nas instituições privadas com o dinheiro público, em vez de ser investido nas universidades públicas.

O artigo está organizado em quatro itens: **Política neoliberal na educação superior**, no qual busco contextualizar como vem se dando no Brasil, o processo de privatização do espaço público. Legitimado com o discurso ideológico de apologia aos mercados, com a tese das empresas privadas, como lugar eficiente e da iniciativa inovadora e progressista e a correspondente coordenação do Estado no âmbito das políticas sociais e das instituições públicas. Trabalho com fundamentações teóricas enunciadas, as quais procuram dar conta do processo de desmonte do Ensino Superior Público, desde décadas anteriores, aos governos de Lula da Silva. Esses processos se intensificam nos governos do ajuste: Governo Collor; Governos FHC e, agora no Governo Lula vem se dando o processo de mercantilização da educação com a transferência de verbas públicas para instituições privadas em troca de compras de vagas para jovens de baixa renda. No item 2, - **O que é o ProUni?** - procuro mostrar a definição do Programa Universidade para Todos, que tem como objetivo o acesso da juventude à universidade. Criado através da Medida Provisória (MP) número 213/2004 e institucionalizado pela

---

\* Bolsa Integral é o tipo de bolsa de estudo que corresponde ao pagamento de 100% da mensalidade do

Lei 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, o programa têm como justificativa, auxiliar estudantes de baixa renda a construir o seu futuro, ter uma profissão, um bom emprego e contribuir para o desenvolvimento do Brasil. **O ProUni, na ótica dos seus beneficiários**, é o foco do item 3, no qual analiso o olhar dos jovens que vêm sendo beneficiados com o Programa Universidade para Todos. Para esta análise, foi realizada uma sondagem com um grupo de cinco estudantes provindos de instituições privadas de ensino superior na cidade de Fortaleza/CE, as quais vêm sendo beneficiadas com incentivos fiscais em troca de vagas para estudantes de baixa renda. No item 4, **ProUni como política neoliberal: para que? para quem?**, analiso a política neoliberal ensejada pelo ProUni, como uma das faces da Reforma do Estado, que se exime de suas responsabilidades sociais para a entrada da iniciativa privada. Isso, é claro, com aporte financeiro do próprio Estado que se caracteriza como uma modalidade da parceria público-privado, que repassa recursos públicos às instituições privadas. O ProUni é uma Parceria Publico Privado (PPP), assim como a lei de inovação tecnológica, o principal mecanismo de financiamento da pesquisa científica e tecnológica, é uma PPP. Na realidade, a lei de inovação tecnológica não tem como alvo à produção de conhecimento tecnológico, e sim, a pesquisa e desenvolvimento, o processo de fetichização de mercadorias, algo que em todo o mundo capitalista é feito pelas próprias empresas. Procuro também explicar o impacto do argumento governista/neoliberal sobre os estudantes jovens pobres. E como a “massa” de apoiadores do neoliberalismo tende a crescer com a política tipo ProUni.

Finalmente, concluo procurando demonstrar através da análise da sondagem realizada, que o ProUni é uma das formas de ampliar a “massa” apoiadora do neoliberalismo, o qual vem se dando com a “compra” de vagas em Instituições de Ensino Superior, pelo Governo Federal.

## **1. A política neoliberal na educação superior**

Com a crise dos anos 1980, ocorre no Brasil, numa perspectiva histórico-estrutural, o chamado esgotamento do “Estado Desenvolvimentista”. O país então transitava da ditadura militar para a definição de novos marcos, tanto no campo político como econômico. No campo político, estava vivendo o processo de redemocratização. Já na

economia, sob o impacto da crise da dívida externa, pela inflação aguda, o cenário era de descontrole das finanças públicas e a prevalência de baixas taxas de crescimento. Entretanto, a partir do esgotamento do Estado e com as vitórias dos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994), houve uma mudança na concepção do que é educação no Brasil. Foi construído um discurso ideológico em apologia aos mercados, com a tese das empresas privadas, como lugar da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista e a correspondente condenação do Estado e das instituições públicas (BOITO, 1999).

Trata-se não apenas da produção de um discurso desconstrutivo do setor público, mas também, de sua interferência na cena. Pensá-lo na cena é examinar a interferência de um discurso do setor público, o qual caracterizava-se, por princípio, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocação” capazes de levar ao crescimento econômico. A partir dessa tese, produziu-se uma alteração radical na agenda política, abrindo caminho para o período de grandes mudanças institucionais que estamos vivendo no presente. Neste sentido, é importante destacar que a ideologia neoliberal, espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para área social, como é o caso da Educação, onde a “eficiência” do setor privado foi também apregoada. Ao longo das duas últimas décadas e até os dias atuais, a lógica privatista dominou esses setores (entre outros) do ponto de vista das políticas e práticas governistas.

Com “a reestruturação produtiva”, em um contexto de ofensiva do capital mundializado, caracterizada pelo emprego de formas mais racionalizadas de organização do trabalho e da produção, vem se criando um novo nexos entre ciência e trabalho, cabe ter presente que esta apropriação da ciência e da tecnologia pelo capital vem contribuindo para o acirramento das contradições consubstanciadas na vulnerabilidade do trabalho em termos do desemprego estrutural e da precarização pelo emprego diretamente produtivo da ciência e da tecnologia em grau mais aprofundado (NEVES, 1990). Este novo padrão produtivo coloca a exigência de novas formas de produção científica na Educação Superior, que tem como prioridade capacitar a força de trabalho para adaptá-la às novas tecnologias dentro das exigências da cultura empresarial, tendo como pano de fundo o discurso neoliberal no que tange à aceitação destas mudanças como naturais, e também a conformação de perdas de direitos, conquistados ao longo da História.

Neste contexto, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado, não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também nos campos dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, o que vem gerando um aprofundamento no processo de mercantilização da educação (Lima; 1990), isso vai se expressar na educação superior, onde todas as diretrizes possuem ligação direta com organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC). Para justificar a retirada de verbas da educação superior, a premissa é que, países periféricos devem ter como prioridade o ensino básico, em detrimento do ensino superior, ressaltando que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica. A partir destes argumentos, podemos perceber a política dos organismos internacionais com relação à educação superior, que se assenta na seguinte diretriz: os recursos fiscais devem ser direcionados à educação básica, enquanto o ensino superior seria garantido por instituições privadas, com bolsas aos estudantes pobres. Com a redução dos gastos no ensino superior, a justificativa é que essas verbas sejam utilizadas em especial para aqueles que ainda não alcançaram acesso, equidade e qualidade adequados aos níveis primário e secundário (BANCO MUNDIAL, 1994, P, 03).

Desta forma, os interesses dos organismos internacionais voltam-se para a ampliação e expansão das instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais e o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, através das fundações de direito privado. Com as diretrizes do Banco Mundial, a Universidade Pública vai perdendo seu caráter, pois tem que mobilizar mais fundos privados para o ensino superior. Onde segundo, a concepção de Neves (2002), o Estado, que deveria atuar como instância executora da política de ensino superior, passa a assumir apenas a função de agente facilitador da consolidação de um novo marco político e jurídico viabilizador da implantação das diretrizes privatizantes da educação, legitimado pelo discurso neoliberal da eficiência do setor privado.

Desse modo, o Estado, exime-se da responsabilidade no aporte de recursos para os setores públicos (LEHER, 2006)\*. Leher destaca que o ANDES-SN vem lutando para resgatar a destinação das verbas públicas para a educação pública conforme propugnado originalmente na Constituição Federal, que estabelecia 18% das verbas da União para a Educação Superior. E, ao mesmo tempo, afirmou que com a implementação das políticas

---

\* Entrevista realizada na audiência pública na Câmara dos Deputados Federais em 22/03/2006, com o Diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) Roberto

neoliberais, foram modificados os conteúdos da Constituição e os 18% passaram a incidir sobre as receitas de impostos, restando para as Universidades Públicas apenas R\$ 5,7 bilhões.

Estas demarcações apontam pistas que nos levam a observar onde se localiza o centro desta política: a segurança do capital para atravessar, conquistar e submeter mercados através da estabilidade econômica, no sentido da adequação ao processo de mundialização financeira. É o processo de ajuste a esta ordem do capital com uma agenda estratégica dos centros hegemônicos assumida pelos países periféricos. No âmbito das diretrizes desta agenda estratégica destaca-se a privatização de setores estratégicos como é o caso da Educação Superior. É inegável, portanto, o papel estratégico que a educação desempenha diante deste projeto de privatização. De fato, a educação superior e, em particular, a universidade pública, é responsável pela pesquisa, pela produção de conhecimento, de ciência e tecnologia; é formadora de cientistas e de trabalhadores qualificados.

Portanto, a partir dos argumentos que vão se fundamentando no decorrer do artigo, podemos perceber a educação direcionada à organização dos mercados, onde a formação já é prevista nos marcos dos lucros das empresas. Da mesma forma, ocorre com as atividades de ensino e extensão. Este fenômeno deixa clara a concepção neoliberal de educação superior, que vai se cristalizando no topo da “opinião pública”, pois a idéia de formação de estudantes para o mercado opõe-se à educação como formadora de sujeitos críticos comprometidos socialmente com o conhecimento.

A reforma universitária que está em curso constitui-se de um complicado processo, envolvendo Medidas Provisórias e Decretos que estão sendo implementados desde o início do Governo Lula\*. É importante destacar que o processo de desmonte do Ensino Superior Público vem de décadas anteriores, intensificando-se nos governos do ajuste: Governo Collor; Governos FHC e, agora, nos Governos Lula. Especificamente nestes governos em curso o que muda é o discurso de intervenção inclusiva, onde na verdade vem sendo desvinculadas bandeiras históricas do movimento de educação, pois utiliza-se de um discurso progressista para esconder o seu sentido mercantilista (Leher; 2005). Dentre as medidas aprovadas está o ProUni onde o governo legaliza a transferência de

---

Leher.

\* Decreto nº 5.245 de 15 de outubro de 2004 (DOU 18/10/2004), regulamenta a Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004, que institui o Programa Universidade para Todos -PROUNI, regula a

verbas públicas para instituições privadas anistando as dívidas fiscais de um setor que vem garantindo seus lucros com a mercantilização da Educação Superior.

## 2. O que é o ProUni?

O Programa Universidade para Todos - ProUni é um programa do Governo Federal, que tem como objetivo o acesso da juventude à Universidade. Antes de sua implantação, o governo lançou uma série de documentos que buscavam "constatar" a situação da juventude e seu acesso à Universidade. Os dados lançados registram que entre 1998 e 2002, o número de estudantes no ensino médio subiu de 5,7 milhões para 9,8 milhões, sendo que apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam cursando o Ensino Superior (<http://www.mec.gov.br>. Acesso em: julho de 2007). A partir destes dados, a solução encontrada para o problema do acesso dos estudantes de baixa renda à universidade foi à criação do ProUni.

Criado pela MP 213/2004 e, institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, o ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em Instituições Privadas de Ensino, oferecendo, em contrapartida, isenção fiscal de tributos àquelas que aderirem ao Programa. Um dos principais objetivos do programa é facilitar o acesso ao nível superior da população carente, ao mesmo tempo em que pretende resolver a questão da ociosidade de vagas nas instituições. Atualmente, o ensino superior é oferecido à sociedade pelas instituições públicas e privadas, e de acordo com o Ministério da Educação e Cultura das instituições privadas 85% são sem fins lucrativos, sendo que desse total 50% são filantrópicas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as instituições de educação sem fins lucrativos desde que atendam os requisitos estabelecidos em lei, são imunes a impostos, estando, portanto, desobrigada ao recolhimento do imposto de renda próprio. Sendo filantrópica além da imunidade, recebe a *isenção* das contribuições para a seguridade social, desde que aplique pelo menos 20% da sua receita bruta total em gratuidades, sendo que o resultado desse percentual, nunca poderá ser inferior aos benefícios recebidos, ou seja, as contribuições sociais não recolhidas. Sendo assim, o benefício concedido pela União às instituições de ensino superior sem fins lucrativos, filantrópicas ou não, diz respeito apenas ao Imposto de Renda.

O programa tem como justificativa auxiliar os estudantes de baixa renda a construir o seu futuro, ter uma profissão para se inserir no mercado de trabalho com um bom emprego e contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Em seu primeiro processo seletivo, o ProUni ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior em todo o país. A meta do governo é beneficiar 300.000 alunos nos próximos quatro anos e, segundo o mesmo, cada aluno custará aos cofres públicos, algo em torno de R\$ 406,00 por ano, ou seja, segundo o governo muito abaixo dos valores de mercado (<http://www.mec.gov.br>. Acesso em: julho de 2007).

Para que os estudantes possam realizar as inscrições no ProUni, devem se utilizar às ferramentas que são oferecidas via internet, é importante ressaltar que as inscrições são efetuadas exclusivamente pela internet, os candidatos deverão acompanhar os períodos específicos determinados pelo Ministério da Educação. O governo tem como parceiros as Instituições de Ensino Superior-IES, que devem oferecer aos participantes do ProUni, acesso gratuito à Internet, assim como a todos que desejarem se inscrever no programa.

Com o intuito de atender aos interessados, o Ministério da Educação buscou alternativas para facilitar o processo de inscrição, criando condições para que os candidatos possam se inscrever em locais mais próximos de sua residência. Neste sentido foi estabelecido uma Rede de Parceiros do ProUni composta atualmente pelos Centros de Integração Empresa-Escola - CIEE e pelos mais de 3.200 pontos de presença do Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão-GESAC. A Rede de Parcerias do ProUni configura-se, pois, como ampliação significativa do número de locais disponíveis para os candidatos que não possuem computador efetivarem sua inscrição no programa.

### **3. O ProUni na ótica dos seus beneficiários**

Neste item, reflito sobre o olhar dos jovens de baixa renda que vêm sendo beneficiados pelo ProUni. Para tanto, realizei uma sondagem com um grupo de cinco estudantes de diferentes Instituições de Ensino Superior, na cidade de Fortaleza/CE, os quais vêm sendo beneficiadas com incentivos fiscais, concedidos pelo Governo Federal em troca de vagas para estudantes de baixa renda. Na realização desta investigação empírica, o critério utilizado para escolha dos estudantes era o fato de ter bolsa integral, ou seja, 100% de pagamento da mensalidade. Este critério foi adotado porque na

sondagem queria chegar aos jovens que dependiam exclusivamente da bolsa para ter acesso as Instituições de Ensino Superior. Na abordagem busquei analisar o olhar dos estudantes através dos seguintes aspectos: visão do ProUni, posição sobre a questão de “compra” de vagas em Universidades Privadas; sugestão de melhoramento e alternativas. Para efeito de apresentação, assim designei os estudantes: estudante A (Faculdade Faria Brito); estudante B (Faculdade Christus); estudante C (Faculdade Integrada da Grande Fortaleza); estudante D (Faculdade Farias Brito); e estudante E (Faculdade Evolutivo). Sinteticamente, na visão dos estudantes, o ProUni é assim configurado:

*O ProUni é uma oportunidade de inclusão de jovens das classes sociais mais baixas ingressarem no ensino superior. É um programa que precisa ser aprimorado, mas que tem, em sua generalidade, uma ação viável para a resolução emergencial dos problemas encontrados na educação brasileira hoje.*

*(Estudante A)*

*O ProUni é um programa que beneficia os estudantes com melhores notas no ENEM, dando oportunidade de cursar o ensino superior em faculdades privadas.*

*(Estudante B)*

*O ProUni é uma iniciativa boa voltada para população de baixa renda, e que funciona. É uma oportunidade única para jovens que estudaram no ensino público conseguir obter uma graduação.*

*(Estudante C)*

*O ProUni é a maneira mais correta que vejo para o governo do Brasil aplicar o dinheiro que recebe dos impostos. Na minha vida vejo essa realidade. Sou beneficiária de um programa que saiu do papel e que gera mudança na minha vida e na de minha família. Antes de obter uma bolsa do ProUni não sabia como iria conseguir fazer uma faculdade, pois as faculdades públicas são hoje um privilégio para alunos da classe média e alta. Alunos que têm um tempo integral para estudar e obter êxito no vestibular (o que não mede conhecimentos, vale ressaltar).*

*(Estudante D)*

*O ProUni foi uma ótima iniciativa do Governo Federal, pois o programa proporciona a oportunidade de alunos de escola pública ingressarem em universidades particulares, tendo assim acesso a uma educação superior de qualidade.*

*(Estudante E)*

No esforço de adentrar, de forma crítica, passo a tecer considerações sobre as concepções dos jovens estudantes, nos depoimentos acima, acerca do que significa o ProUni.

Refletindo sobre as falas, é nítido perceber que os estudantes A, B, C e E expressam e enfatizam, sem nenhuma crítica, a importância do ProUni, argumentando a

oportunidade que é ofertada juventude de baixa renda chegar à Universidade. Em uma outra direção, a estudante D destaca-se dos demais, ao focar um debate que merece uma análise minuciosa. O seu argumento de que as Universidades Públicas são privilégio de alunos de classe média e alta, merece ser devidamente considerado. Para contra argumentar com o discurso da estudante D, é necessário um retorno às exposições de Leher (2007), de que o Governo Federal, se utiliza de um discurso sobre o qual as Universidades Públicas são onerosas e elitistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado, visto que, as privadas, na avaliação do citado documento, são notoriamente mais eficientes que as públicas. Neste sentido, o discurso do Governo é assumido pela estudante D que é enfática ao justificar que as Universidades Públicas é privilégio de alunos de classe média e alta, sustentando assim, a importância do ProUni para sua vida e de sua família.

Segundo Leher, em todos os recantos, famílias se desdobram para arcar com os pesados custos da “faculdade”. Para muitos, o sacrifício, mesmo que venha a afetar a sobrevivência, vale a pena, visto que o estudante muitas vezes, é o primeiro da família a alcançar o nível superior. O ponto central no argumento de Leher é que com os recursos alocados no ProUni e na complementação das bolsas parciais o governo poderia ter criado mais do dobro de vagas nas Universidades Públicas. Tomando por base as interpretações de Leher, cabe uma reflexão: é razoável, porém, que o Estado socorra Instituições Privadas de Ensino em detrimento do direito da juventude e do povo brasileiro ao acesso à educação pública e gratuita? Nisto, concluo que o discurso do Governo Federal é assumido pela Estudante D, ao mesmo tempo é necessário pensar as condições nas quais esse discurso é produtor e produto, o que implica em afirmar que o ProUni é uma das formas de ampliar a “massa” apoiadora do neoliberalismo que vem sendo implementada pelo governo Lula da Silva.

Tomando por base o segundo aspecto da sondagem enfoco, a posição sobre a questão de “compra” de vagas em Instituições de Ensino Superior. Neste tocante, os depoimentos assim se apresentam:

*É a forma encontrada pelo Estado brasileiro de amenizar a situação caótica do ensino superior. Resolve a curto prazo, mas com o passar do tempo se estaria invertendo posições: os jovens ricos usufruindo das Universidades Públicas e os pobres estudando nas faculdades particulares.*

*(Estudante A)*

*É uma tentativa do governo de amenizar o fato de os estudantes pobres não conseguirem, em sua maioria, passar no processo de seleção das Universidades Públicas, pois eles têm uma base de conhecimento deficiente advinda do ensino público.*

*(Estudante B)*

*Vejo como uma atitude emergencial de inclusão da população menos favorecida, no ensino superior. Até porque grande parte das vagas disponibilizadas pela Universidade Pública é preenchido por pessoas que se preparam no ensino fundamental e médio em escolas privadas.*

*(Estudante C)*

*Não vejo dessa maneira: o governo comprando vagas. Vejo o governo dando oportunidade para quem não tem como pagar uma faculdade e que não consegue uma vaga nas públicas. Isso não desmerece o mérito intelectual dos alunos que obtêm bolsas do ProUni ou que são cotistas, estudo com muitas pessoas de classe média e alta na mesma sala e não vejo diferenças intelectuais. Acho até que os alunos do ProUni da minha sala se destacam mais. Sei que o problema das faculdades públicas é grande como o problema da educação no Brasil é muito complexo. Acho que o ProUni é uma forma de remediar, já que levará décadas para alguém estruturar de fato a educação no Brasil.*

*(Estudante D)*

*Diante do estado defasado que se encontra a educação nas escolas públicas o governo resolveu criar uma medida em curto prazo que pudesse dar oportunidade a alunos que realmente tinha garra e força de vontade para ingressar no nível superior, já que a maioria das vagas nas universidades públicas são ocupadas por pessoas que estudaram a maior parte ou toda a sua vida em escola particular, estando assim mais preparadas para prestar vestibular e conquistar a vaga.*

*(Estudante E)*

Para analisar a visão dos estudantes a respeito da "compra" de vagas em Instituições Privadas de Ensino farei um cruzamento entre as diferentes concepções dos jovens que participaram da sondagem. Assim, para os estudantes A,B,C,E trata-se de uma medida emergencial para incluir estudantes de baixa renda, na universidade, argumentando a existência de uma defasagem no ensino público médio que vem distanciando a Universidade Pública destes jovens. As falas dos jovens colocam uma questão: o foco da política do governo, ou seja, ao invés do governo privilegiar Instituições Privadas de Ensino Superior, deveria investir no setor público, garantindo o acesso aos estudantes de baixa renda. Neste sentido, estudo da ANDIFES\* (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (2006) mostra que com R\$ 1 bilhão é possível criar 400 mil novas vagas no ensino público. Ou seja, os gastos com o ProUni seriam suficientes para criar 1 milhão e 200 mil novas vagas na

---

\* Fonte: Artigo publicado na página da UFMG em 21/03/2006 por Bruno Pedralva com o título – A UFMG e as universidades brasileiras: que prognóstico e terapêutica construiremos?

universidade pública. Em verdade, cabe um questionamento: “quantas vagas poderiam ser criadas nas universidades públicas com o dinheiro que foi anistiado do crédito educativo (R\$ 1,5 bilhão) e da renúncia fiscal das filantrópicas (R\$ 700,00)? A somatória desse montante tem um total de R\$ 2,2 bilhões. É interessante destacar que o orçamento de todas as universidades federais é de R\$ 5,5 bilhões. Imagine-se quanto poderia isso representar em novas vagas nas federais, de” melhor qualidade “, questiona o professor Osvaldo Coggiola, chefe do Departamento de História da USP e vice- presidente do ANDES-SN.

Ao cruzar as falas dos estudantes A,B,C,E com a do estudante D, percebe-se uma distância no debate entre eles. A estudante D é enfática em negar a “compra” de vagas para juventude de baixa renda. Ao contrário, afirma que o governo está dando oportunidade para quem não tem como pagar uma faculdade e não consegue uma vaga na pública. Entretanto, observo que, desse ponto de vista, uma coisa não sustenta a outra. Pois, voltando à pergunta ao estudante, mas de onde vem o pagamento da vaga “dada”? A resposta do estudante D é emblemática portando um discurso que é produtor e produto, do governo, que vem se materializando na sociedade de legitimação do espaço privado como lugar da eficiência em detrimento do público. Um programa como esse é uma forma de consolidar uma hegemonia às avessas, como fala o sociólogo Francisco de Oliveira (entrevista ao Instituto Humanistas Unisinos (2007). Neste sentido, Alba Carvalho em recente análise de Conjuntura Política (2007) coloca, esta forma de dominação é própria e funcional ao capitalismo mundializado. Uma forma de consolidação desta hegemonia é a **TRANSFORMAÇÃO DA POBREZA EM UMA QUESTÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**. De fato, ao elevar-se à condição de “condottiere” e de mito, Lula **despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade**, transformando-as em problemas de administração (**grifos da autora**). De fato, funcionaliza a pobreza. Analistas como o filósofo Paulo Arantes (2007)e os sociólogos Francisco de Oliveira (2007)e Laymert Garcia dos Santos (2007),vêm atentando para o fato de que um dos melhores produtos do “Brasil de Lula” é a gestão da pobreza, através de políticas que operam numa lógica perversa. Afirmam que, o êxito da política educacional do Governo Federal é apenas aparente e opera numa lógica perversa, pois conquista amplo apoio social, e praticamente anula a possibilidade de oposição, mas não leva o país a lugar nenhum. É o caso do “Bolsa Família”, do “ProUni”. É o “best practice” (melhor prática) de políticas públicas para países emergentes sem solução, que têm populações eternamente pobres,

as quais devem ser administradas. O acerto destas políticas é total, não levando a lugar nenhum. É para gerir a massa que vai ficar estacionada no mesmo lugar. É este um produto do “Brasil de Lula” que os “tucanos” não descobriram e que, agora, o governador José Serra-SP, está tentando reproduzir, correndo atrás da gestão da população escolar. Nesta perspectiva, ao invés do governo garantir vagas para os estudantes de baixa renda em Universidades Públicas, “compra” vagas o que implica afirmar isso enquanto uma política neoliberal. Aqui cabe uma pergunta: por que o governo não optou pela ampliação da Universidade Pública? Com os mesmos recursos alocados no ProUni, e complementação das bolsas parciais o governo poderia ter criado mais que o dobro de vagas nas universidades públicas. Para Leher (2005), é importante lembrar que as renúncias permitem que as universidades particulares deixem de repassar para o fundo público, 25% de suas receitas totais, setor que movimenta aproximadamente R\$ 15 bilhões por ano.

Na abordagem realizada com o grupo de estudantes colhi algumas sugestões e alternativas de melhorias do ProUni. Entretanto, a intenção era ver até que ponto esses jovens via o programa como única alternativa de inclusão da juventude pobre nas universidades.

*Claro que o ProUni tem de ser melhorado. Ações como o estendimento do benefício do não pagamento das carteiras de estudantes, abertura de um maior número de vagas e uma forte fiscalização do desempenho das universidades participantes do programa. Como alternativa sugere uma melhoria na educação como um todo. A meu ver essa é uma solução de vários problemas do país. No caso do ProUni, a melhoria da educação levaria alunos mais capacitados para disputarem uma vaga em Universidades Públicas. Se precisassem, uma vez que o ensino superior também entraria nessa reforma.*

*(Estudante A)*

*Sim, junto à bolsa de estudo, o programa poderia oferecer uma bolsa financeira ou um estágio remunerado. Essa ajuda financeira já existe, mas para alunos de carga horária/dia de 6 horas acima. O fato é que o programa só cobre as mensalidades. Outros custos de serviços da faculdade não são pagos. Além das despesas com transporte e alimentação que o aluno pobre não pode custear. Como alternativa sugere que primeiro melhorar o ensino público, para que os estudantes possam ter nível de disputar um vestibular em Universidade Pública. Segundo aumentar o número de vagas das mesmas.*

*(Estudante B)*

*Para melhorar seria interessante uma ajuda de custo para o aluno se manter na Universidade, principalmente os que vêm do interior do Estado, pois estes não conseguem se manter na Universidade por falta de dinheiro para transporte, alimentação, moradia. Ex: Retorno dos estudantes para cidades de origem. Como medida emergencial o ProUni, se mantenha, mas propõe como alternativa um investimento nas Universidades Públicas para que sejam ofertadas mais vagas, onde 50% desta parcela fosse destinado a estudantes de escolas públicas.*

(Estudante C)

*Para minha vida o ProUni está na medida certa. Melhor seria só se as vagas aumentassem. Não entendi muito a pergunta. Eu não acho que haja alternativas, pois é um programa único, mas o que pode haver é uma melhoria nas faculdades públicas para e na educação básica e no ensino médio das escolas públicas. Mas como isso é para muito longo prazo acho que o governo está fazendo um excelente trabalho com o ProUni.*

(Estudante D)

*Sim, o critério de seleção. Acho que o melhor critério de avaliação seria um estudo não só sócio-econômico da vida do aluno e a prova do ENEM, mas sim um estudo sobre seu histórico escolar (notas e seu desenvolvimento no ambiente escolar), o que permite mais precisão para avaliar a capacidade do aluno. Defendo uma reformulação do ensino superior, principalmente nas universidades públicas (ex: UECE/UFC), onde na maioria das vezes professores fingem que ensinam e alunos fingem que aprendem. Acho que as vagas em universidades públicas deveriam ser reservadas para alunos de escola pública, pois quem tem condições para estudar em escolas particulares também tem meios para se manter em universidades particulares.*

(Estudante E)

Adentro neste item analisando, nas falas dos jovens, as sugestões destes para as melhorias e alternativas para o ProUni. O que mais chamou atenção nas falas, foram às dificuldades apontadas para se manterem em uma instituição privada. Neste sentido, destacamos pontos centrais que merecem atenção. Primeiro: não podemos deixar de levar em consideração o nível de ensino destas IES, que na sua maioria não passou por uma avaliação do MEC<sup>\*</sup>; segundo, que o setor privado da educação superior conta com uma inadimplência na ordem 35 a 40%, de acordo com as entidades patronais (LEHER, 2004). Elas não têm mais como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes baixas não têm poder aquisitivo para comprar serviços educacionais. Hoje, o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concludentes do segundo grau (LEHER, 2004), as famílias de baixa renda chegam a fazer sacrifícios e só conseguem ficar um, dois semestres, e depois evadem ou ficam inadimplentes. O ProUni é uma operação de salvamento para o setor privado, já que as faculdades de maior prestígio não têm interesse em aderir ao programa, ou seja, durante a sondagem visitei a Universidade de Fortaleza – UNIFOR, uma fundação que já se fincou na sociedade há mais de 30 anos, e perguntei porque esta instituição não tinha interesse em aderir ao ProUni, a resposta de uma diretora foi que o ProUni não traz

vantagens para esta Universidade, pois já possuem o Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Neste sentido, fica claro que as grandes empresas educacionais, que atendem às elites, não têm muito interesse no programa, não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo, que não pagarão 50% das bolsas. Entretanto, para as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie que tende a funcionar como uma de bóia de salvação\* num setor que vive uma crise profunda.(LEHER;2004). Um outro elemento que devemos levar em consideração é que, a maioria destes jovens embora tendo bolsa de 100% não conseguem se manter nas IES, pois durante a sondagem com os estudantes A,B,C,D e E são enfáticos ao colocar a necessidade de uma política de assistência e bolsa de ajuda para que possam garantir a permanência deles nas Instituições. A estudante C, cita que a falta destes incentivos tem levado o retorno de estudantes para sua cidade de origem, por não conseguirem se manter, fazendo um contraponto com a fala de Roberto Leher, além de todos os problemas já elencados pela estudante C, há também a necessidade de ampliação das vagas, pois, segundo Leher, a primeira entrada de estudantes contou com o percentual de 10% das vagas previstas, mas agora serão apenas 4,25% de bolsas integrais.

A maior parte desses jovens ingressa não em universidades, mas escolões de baixíssima qualidade, muitos inclusive, farão cursos seqüenciais, uma modalidade aligeirada de ensino superior. Finalmente, concluo sobre o que pensam os bolsistas com relação ao ProUni e que alternativas dariam como sugestão para melhoramento do programa. Embora a maioria veja o programa com uma alternativa dos jovens estudantes pobres chegarem a Universidade, percebe-se como o discurso governista/neoliberal cresce em uma “massa” que vem se moldando pela política do governo Lula da Silva, pelo discurso FMI.

## **5. ProUni como política neoliberal: para que? para quem?**

Para contextualizar o debate sobre o ProUni apresentaremos exemplos de programas do governo federal de transferência de renda, como é o caso da Bolsa Família considerada como o carro-chefe da política social do governo. Nesta análise, o sociólogo

---

\* Roberto Leher em entrevista ao Correio da Cidadania em 21/09/2004.

\* Para o Prof. Roberto Leher o ProUni funciona como uma bóia de salvação de um setor de Educação que vive uma crise financeira profunda, e este programa surge como o salvamento para este setor se manter no mercado..

Francisco de Oliveira (UNISINOS, 2007) considera o programa como a base dessa hegemonia torta. É bem pelo avesso diz Oliveira, não é o contrário da hegemonia. Quando a gente bota uma roupa do avesso, ela não é o contrário da roupa, é outra roupa. A hegemonia às avessas é esse processo. Neste sentido, a partir da análise do sociólogo é que se compreende o quanto o discurso do governo é produtor e produto desta hegemonia, na qual as políticas do governo de transferência de renda para as famílias situadas abaixo da linha da pobreza, são o mesmo apresentado e colocado em prática sob o discurso de que as referidas políticas visam beneficiar estudantes de baixa renda em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em Instituições de Ensino Superior, em especial os que estão social e economicamente excluídos na sociedade. Na mesma direção de Oliveira, Carvalho (2007) é enfática ao colocar que se trata de uma nova forma de dominação, no âmbito de um governo que se imaginava numa posição de esquerda e, como tal, assumiria posturas de confronto com o Império. Para Carvalho, essa nova forma de dominação configura o fenômeno que Oliveira denomina de “hegemonia às avessas”, típica da era do “capital mundializado”.

Nesta mesma concepção, aponta Roberto Leher que o ProUni, vem ao encontro dos mais ambiciosos sonhos das instituições filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais de educação superior. Pois em troca das modestas vagas (por tratar-se de condições educacionais precárias), as instituições privadas têm isenção fiscal e dispensa da contribuição patronal para a previdência social.

Em entrevista à seção sindical (ADUF-2005), Leher ressalta que, com estes incentivos fiscais, o governo Lula vem garantindo o lucro e o crescimento do patrimônio dos empresários da educação superior. Leher é enfático ao afirmar que, caso todas as instituições venham a aderir ao ProUni, haverá um subsídio superior a R\$ 2 bilhões para os empresários, isso sem contar com os cerca de R\$ 1 bilhão do FIES. É importante destacar que o número de vagas é inferior às metas originalmente estabelecidas. Inicialmente, com a MP número 213/2004 e institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, o MEC previa 400 mil vagas; agora não passará de 180 mil, meta a ser alcançada daqui a três anos, sendo metade composta de bolsas parciais (50% do seu valor custeado pelos alunos de baixa renda). A rigor, todos esses cursos poderiam ser na forma de “cursos seqüenciais” de curtíssima duração, a modalidade de educação minimalista “em” nível superior para os mais pobres. Da versão original à MP que institui o ProUni, o custo relativo de cada vaga foi multiplicado por 2,8. Outro elemento que deve

ser levado em consideração é a avaliação do desempenho das escolas de ensino superior, de acordo com Marina Barbosa Pinto, presidente do Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), “O MEC vai iludir os jovens que acham que vão conseguir, nas faculdades, competência para entrar no mercado”, afirma:

Portanto, diante dos dados que foi discorrido no decorrer do artigo, os fatos desmentem o propósito social dessa política que faz avançar ainda mais a privatização do ensino superior. Deixando também de lado as políticas afirmativas de cotas para afro-descendentes. A cota por si é uma medida insuficiente para garantir que os jovens negros possam ter seus direitos ao ensino superior garantidos. Mas é uma ação afirmativa, defende o representante do Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior - ANDES\* é importante estas políticas de ações afirmativas e a expansão de acesso à educação pública: formas emergenciais de acesso e garantia de permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda no ensino fundamental, médio e superior e que estas ações afirmativas sejam referenciadas na relação entre classe social e etnia e, por isso, defende medidas que assegurem, desde o presente, acesso de jovens das classes populares à universidade, por meio de políticas que articulem o ensino básico com o ensino superior público. Segundo Arcary\*, quando se defende as cotas tem-se um critério mais justo do que o racionamento pelo preço das mensalidades - a seleção determinada pelas diferenças de classe - mas, isso não faz dele um critério igualitarista, isso é, tratar de forma desigual os desiguais, favorecendo os mais explorados ou oprimidos. Os defensores da meritocracia estrita propõem à juventude operária que estude mais e tente o vestibular outra vez. A equidade é socialmente regressiva. O resultado será o isolamento político-social dos que defendem as Universidades Públicas, beneficiando a campanha pela cobrança de mensalidades e, finalmente a privatização.

Em entrevista ao correio da cidadania, 20/09/2004, o prof. Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior (ANDES-SN), comenta a edição da MP, instituindo o Programa Universidade para Todos (ProUni) onde, segundo Leher, o governo Lula deixou clara a posição de reduzir investimentos em áreas sociais, apostando suas fichas no mercado. Também é um sinal de isolamento político do Ministério da Educação. Não é

---

\* O ANDES-SN promoveu em 7/1/2006, em Brasília, o seminário “Política de cotas, ações afirmativas e a expansão de acesso à educação pública”.

\* Dossiê Revista Crítica Marxista 24 - Por quê as cotas são uma proposta mais igualitarista que a

casual que a MP tenha saído um pouco mais de 48 horas depois do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reúne diversas entidades ligadas ao setor, ter declarado que o ProUni é uma medida nefasta para a educação.

o aporte financeiro do próprio Estado se caracteriza como uma modalidade de parceria público-privado, que repassa recursos públicos às instituições particulares. O ProUni é uma PPP, assim como o principal mecanismo de financiamento da pesquisa científica e tecnológica é uma PPP: a lei de inovação tecnológica. Essa parceria com as empresas será desastrosa, pois em parte nenhuma do mundo, a pesquisa universitária tem como fonte importante de financiamento as empresas. Na realidade, a lei de inovação tecnológica não tem como alvo a produção de conhecimento tecnológico, mas sim a pesquisa e desenvolvimento, o processo de fetichização de mercadorias, algo que em todo o mundo capitalista é feito pelas próprias empresas. Como o Brasil é um país capitalista dependente, não há interesse das mesmas em inovação tecnológica; assim as universidades serão convertidas em meras prestadoras de serviços para empresas que não querem investir em tecnologias e em melhoria dos produtos e processos. É importante destacar que o preço dessa política poderá ser a completa descaracterização das universidades como espaços públicos de produção de conhecimento.

A aprovação da MP se dá num contexto em que as universidades públicas e as escolas públicas de um modo geral vivem um momento de muita dificuldade. Diante desta encruzilhada em que se insere a educação, pode-se perceber de forma clara a política que está em curso - e não apenas na educação superior. O modelo de PPP se amplia para outros níveis de educação, como é o caso da “alfabetização para todos”, em que o Estado contrata entes privados para executar demandas que caberia ao serviço público executar. Se fizermos um acompanhamento do programa “Alfabetização para todos” poderemos averiguar que sua lógica é a mesma: tudo se dá por meio de parcerias público-privadas.

Um elemento fundamental que deve ser levado em consideração em nosso estudo é que o setor privado da educação superior conta com uma inadimplência na ordem 35 a 40% de acordo com as entidades patronais. Elas não *têm* mais como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes baixas não *têm* poder aquisitivo para comprar serviços educacionais. Hoje o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concludentes do segundo grau, *as famílias de*

baixa renda chegam a fazer o sacrifício e só conseguem ficar um, dois semestres, e depois evadem ou ficam inadimplentes. O ProUni é uma operação de salvamento para o setor privado, já que as faculdades de maior prestígio não têm interesse em aderir ao programa. As grandes empresas educacionais, que atendem às elites, não *têm* muito interesse no programa, não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo que sequer vão poder pagar 50% das bolsas. No entanto, *para* as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie que tende a funcionar como uma de bóia de salvação num setor que vive uma crise profunda. É razoável, porém, que o Estado socorra instituições privadas em detrimento ao direito da juventude e do povo brasileiro do acesso à educação pública e gratuita?

Portanto a partir dos argumentos que vamos tecendo a respeito ProUni . Nos leva a concluir que tanto para setores da esquerda, intelectuais e entidades (ANDIFES/ ANDES/ SINASEFE) comprometidos com educação pública e de qualidade, é que o “Programa Universidade para Todos” funciona como uma política nefasta para a educação. O programa faz parte da “Reforma Universitária” o que o governo pretende impor a todos os brasileiros.

## **Considerações Finais**

Para concluir penso haver cumprido o propósito a que me lancei: tornar mais nítidos que este processo em curso provoca o desmonte do Ensino Superior Público, que se materializa como uma das formas da contra- reforma universitária do Governo Lula da Silva. Entretanto, é importante destacar que esse processo privatista vem de décadas anteriores, intensificando-se nos governos do ajuste: Governo Collor; Governos FHC e, agora, nos Governos Lula. Especificamente nestes governos em curso o que muda é a forma como vem sendo desvinculada bandeiras históricas do movimento de educação, pois utiliza-se de um discurso progressista de inclusão dos estudantes jovens de baixa renda, onde na verdade este discurso é produtor e produto, de afirmação das políticas neoliberais e do FMI, pois, esconder o seu caráter eminentemente econômico, uma vez que se encaminha as Intuições de Ensino Superior para a competição no mercado, que tem no horizonte a elevação da taxa do capital. Neste sentido o ProUni é mais uma das faces da Reforma do Estado, que se exime de suas responsabilidades constitucionais para a entrada da iniciativa privada. Isso claro com aporte financeiro do próprio Estado que se caracteriza como uma modalidade de PPP, que repassa recursos públicos às

instituições privadas. Portanto concluo que o ProUni é uma das formas de ampliar a “massa” de apoiadores ao neoliberalismo que vem sendo implementada pelo governo Lula da Silva. Onde, o governo utiliza-se como justificativa que as universidades públicas são muito onerosas e elitistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado, visto que as privadas, na avaliação do citado documento do governo, são notoriamente mais eficientes que as públicas.

## **Bibliografia Consultada**

ARANTES, Paulo; OLIVEIRA, Francisco de; SANTOS, Laymert Garcia dos; Folha de São Paulo 24/06/2007 – O melhor produto do Brasil é a gestão da pobreza, diz filósofo.

ARCARY, Valério, *Crítica Marxista* 24 - Por quê as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática; São Paulo: Editora Revan, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Decreto nº 2306/97*, Brasília: MEC, 1997.

BOITO Jr. Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

CARVALHO, Alba Pinho. *Conjuntura Política Nacional e Estadual*. ESPLAR, 02/07/2007.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”*. 1998. Tese de (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1998.

----- Entrevista Correio da Cidadania 20/09/2004

-----. Entrevista a Revista Espaço Acadêmico, N° 48, Ano 1, Maio /2005

----- Entrevista seção sindical /ADUF/2005.

----- Entrevista na Câmara dos Deputados Federais 22/03/2006.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma Universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, L. (Org.). *Reforma Universitária do governo Lula: Reflexões para o debate*. São Paulo, Xamã, 2004.

----- Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In NEVES, Lúcia M. V. (org). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo : Xamã, 2002.

----- *Medida Provisória 213*, de 10/09/2004. Institui o Programa Universidade Para Todos –PROUNI, Brasília: MEC 2004.

----- *Lei Nº 11.096*, de 12/01/2005, Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, Brasília: MEC 2005.

----- *Anteprojeto da Reforma Universitária de 02/12/2004*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: julho de 2007

NEVES, Lúcia M. V.(org). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo : Xamã, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *Entrevista ao Instituto Humanista*. Unisinos 04/02/07

*REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, VOL. 12 Nº 35 / São Paulo, Feb. 1997.

Matéria publicada: MEC desconhece perfil de faculdades do ProUni /20/09/ 2004 –  
Correio Brasiliense.